

INAUGURAÇÃO DO IV CONCURSO MICAELENSE HOLSTEIN FRÍSIA DE OUTONO

Ribeira Grande, 24 de novembro de 2017,

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para agradecer à Associação Agrícola de São Miguel o convite que amavelmente me dirigiu para estar presente na abertura deste certame, que já nos habituou a ser um evento que congrega aquilo que de melhor se faz na produção de leite nesta ilha.

Nos próximos dias, todos aqueles que visitarem este evento ficarão a conhecer produtores de leite de excelência, à semelhança de tantos outros que existem e que poderão não estar aqui presentes, bons exemplos de um setor que nunca baixou os braços, que soube sempre responder aos diversos desafios com que tem sido confrontado e que, mesmo em tempos de maiores desafios, de maiores dificuldades e de maiores tormentas, tem sido capaz de contribuir para o desenvolvimento da nossa Região.

O percurso que temos feito nas últimas décadas, assente numa estratégia de modernização concertada com os parceiros sociais, entre os quais avulta, neste domínio, a Federação Agrícola dos Açores, transmite a confiança e a convicção de que o setor agrícola continuará a ter futuro, apesar dos muitos desafios que ainda temos de vencer.

Um desses desafios tem a ver com a questão do preço do leite pago à produção, que, apesar de já ter verificado aumentos recentes, ainda regista um grande diferencial para os preços praticados no resto do país e na Europa.

Aquilo que o Governo dos Açores espera é que a diferença do preço do leite pago nos Açores faça uma trajetória de convergência, progressiva e constante, permitindo, por essa via, à produção ser cada vez mais competitiva e mais rentável.

A nossa convicção no futuro do setor agrícola da Região assenta também em dados concretos e objetivos, como é a capacidade de atração que esta atividade demonstra ter junto dos jovens açorianos.

Basta referir que, através do programa ProRural+, foram já aprovados 77 projetos para novas explorações de jovens agricultores, num montante de apoio público ao investimento privado superior a três milhões de euros, e prevemos que, no próximo mês, sejam aprovados mais 92 projetos, no valor de cinco milhões de euros de apoio ao investimento na modernização das explorações agrícolas, permitindo a instalação de mais 13 jovens agricultores.

É uma capacidade de atração que tem reflexos claros e concretos na criação de emprego e na criação de riqueza na nossa Região.

Neste momento e neste local, que reúne exemplos do esforço, do trabalho e da competência de um setor, gostaria de reiterar a garantia do Governo dos Açores de que, até ao limite das suas competências e até ao limite dos recursos disponíveis, apoia e apoiará a agricultura açoriana.

Fazemo-lo com medidas e políticas concretas, como foi bem visível no período mais difícil que recentemente passámos, e como fazemos agora, quando já se notam sinais positivos no setor, apesar de alguns ainda ténues.

Exemplos concretos destas medidas e destas políticas: ainda recentemente concluímos o adiantamento, a cerca de 15 mil agricultores da nossa Região, de cerca de 55 milhões de euros relativos às ajudas no âmbito do POSEI e do ProRural+. Lançamos mão dos mecanismos que nos são permitidos pelos regulamentos comunitários, avançando com a disponibilização, no prazo mais rápido possível, de um montante significativo de ajudas comunitárias, fundamental - acreditamos nós - para a liquidez das explorações agrícolas e ajudando também, por esta via, a fortalecer a nossa agricultura.

Ao nível do PROAMAF - Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal, este ano, já foram pagos mais de um milhão de euros. Este programa, conforme foi aqui salientado, passará também a abranger apoios ao investimento na eletrificação das explorações agrícolas, cujos incentivos ficarão excluídos da regra de ‘minimis’.

Além disso, no que se refere ao programa SAFIAGRI, foram já pagos 1,2 milhões de euros, tendo nós a consciência de que ainda há valores por pagar e que estamos a trabalhar para o fazer o mais rapidamente possível.

Concluímos, também, exemplos concretos em que se alicerça esta confiança: a conclusão, com sucesso, do processo negocial desenvolvido com a Federação Agrícola dos Açores com o objetivo de minimizar os efeitos do rateio verificado no prémio ao abate e a criação de mecanismos de informação que deem aos agricultores a previsibilidade para a gestão das suas explorações, sobretudo naquilo que tem a ver com a componente de produção de carne. Esse rateio foi reduzido de 18 por cento para menos de 10 por cento com um apoio de verbas regionais de 1,4 milhões de euros, que estimamos pagar no início do próximo ano.

Concluímos, igualmente com a Federação Agrícola dos Açores, uma revisão à proposta de regulamento do POSEI para 2018, a qual está ainda em apreciação na Comissão Europeia.

Com a dotação orçamental disponível e com o crescimento das produções que se tem verificado, julgo importante deixar aqui uma palavra de reconhecimento e de enaltecimento à solução de equilíbrio que foi possível encontrar quanto à melhor distribuição de verbas pelas diferentes ajudas, correspondentes às prioridades de desenvolvimento do setor agrícola.

Introduzimos ainda, como é público, melhorias no sistema de abastecimento de gasóleo agrícola, que goza de benefícios fiscais.

Gostaria também de referir duas ou três palavras a propósito do futuro da agricultura dos Açores.

O Plano e Orçamento para 2018, que será votado na próxima semana no Parlamento dos Açores, pretende ser um instrumento para garantir estabilidade ao setor agrícola, orientando as verbas afetas ao investimento para a modernização e reestruturação da estrutura produtiva, o que terá um impacto direto na competitividade das explorações e no rendimento dos agricultores.

Aumentar o rendimento das produções agrícolas, reduzir a dependência da Região relativamente ao exterior e estimular o incremento das exportações das fileiras agroalimentar e agroflorestal são objetivos do Governo a que esses documentos dão resposta ou contribuem para dar resposta.

Na última legislatura foram realizados investimentos avultados em caminhos, abastecimento de água e eletrificação das explorações em todas as ilhas. Pretendemos reforçar este esforço no próximo ano, uma vez que a dotação do Orçamento disponível para esta área específica das infraestruturas mais do que duplica, passando de três milhões de euros em 2017, para 6,6 milhões de euros em 2018.

No próximo ano vamos também continuar a trabalhar para modernizar as fileiras do leite e da carne, num trabalho conjunto que tem preocupações de orientação estratégica e de valorização do produto, que são pilares essenciais da competitividade da atividade agropecuária regional.

Neste sentido, a dinamização do Centro Açoriano do Leite e Lacticínios e do Centro de Estratégia Regional para a Carne dos Açores é algo que reputamos de fundamental, por forma a tornar estes setores mais fortes e rentáveis, com uma justa distribuição de valor ao longo de toda a cadeia.

O Centro Açoriano do Leite e Lacticínios vai encomendar a uma entidade internacionalmente reconhecida - e enalteço o trabalho de todos deste Centro, do qual o Governo faz parte, mas também a Federação Agrícola e um conjunto de outras entidades, como a indústria - um estudo comparativo entre o leite produzido nos Açores e o leite nacional e internacional.

Será, assim, mais um passo rumo a uma melhor e mais objetiva caracterização comparativa do leite açoriano, podendo também contribuir como suporte objetivo e independente de futuras campanhas de marketing em que se pretenda destacar as características diferenciadoras do leite açoriano.

Por outro lado, está já em curso com as indústrias o procedimento com vista ao reconhecimento da qualidade da Manteiga dos Açores, através dos estatutos de Denominação de Origem Protegida ou Indicação Geográfica Protegida.

Este conjunto de iniciativas, entre outras, visa contribuir para uma maior valorização do leite e, conseqüentemente, para o reforço do rendimento de toda a fileira.

Há uma outra componente que também gostaria de referir aqui e que tem a ver com o apoio às organizações de produtores, que têm, no próximo ano, uma verba de 3,4 milhões de euros, o que constitui mais um exemplo prático da parceria entre entidades públicas e privadas e que corresponde à contrapartida por um conjunto de serviços de interesse do setor - e, portanto, de interesse também da economia da nossa Região - que são desenvolvidos por essas entidades.

Como em quase todas as áreas de atividade económica, a verdade é que a agricultura açoriana e a produção de leite, em particular, não estão imunes aos efeitos de uma globalização em que, por exemplo, uma crise na Ucrânia se reflete, embora indiretamente, no rendimento de um produtor de leite de qualquer uma das nossas ilhas.

Esta realidade foi, aliás, bem evidente nos últimos anos, nos quais, aqui nos Açores, os nossos produtores de leite se confrontaram, simultaneamente, com o fim do regime de quotas, com o embargo russo, que se mantém por tempo indefinido, com o excesso de produção mundial e com a retração do consumo em mercados emergentes.

Por isso, é também devida uma referência ao facto de estes não terem sido tempos fáceis, tantos eram os constrangimentos que nos chegaram do exterior, mas que, no fundo, também puseram à prova a capacidade de resistência de um setor que se tem mostrado forte num dos momentos mais difíceis da sua história.

Esta capacidade de resistência pode, aliás, ser aferida pelo facto de não se ter verificado nos anos mais recentes qualquer abandono em massa por razões de viabilidade económico-financeira desta atividade, mas sim um contínuo e sereno processo de reestruturação do setor e de redimensionamento das explorações.

Naturalmente, estamos todos conscientes – Governo e entidades privadas - que há ainda muitos desafios para vencer. Desafios que são quotidianos e desafios relativamente aos quais a situação que hoje se nos apresenta tem algumas particularidades.

Foi aqui referido aquele que é um exemplo do facto de o Governo dos Açores lançar mão de todos os mecanismos à sua disposição - que, sinteticamente, podemos resumir na expressão “até ao limite das nossas competências, mas também até ao limite dos nossos recursos” - para ajudar a fazer face a esta situação.

A questão dos 45 euros por vaca, que correspondeu a um compromisso integralmente cumprido e, portanto, não está em falta, foi assumido e pago para os anos de 2015 e 2016, e teve a ver, exatamente, com o período pior desta crise.

Nós tomámos nota e registamos aquela que é uma pretensão das entidades representativas deste setor para a reposição deste apoio. Entendemos que a situação presente deve levarnos a direcionar verbas que estejam disponíveis para o reforço da capacidade

estrutural da nossa agricultura para aumentar a sua competitividade e, por conseguinte, por si própria, poder gerar este rendimento.

Provavelmente, neste aspeto não estaremos de acordo, como não estaremos de acordo provavelmente noutros. Mas, é importante, a este propósito, salientar o conforto e a expectativa que o Governo tem relativamente a este tipo de posições, porque é este tipo de posições que nos permite, muitas vezes, adicionar possibilidade de solução àquilo que nós próprios já temos em cima da mesa. Arranjar e propor outras soluções possíveis, mesmo que seja a reposição de outras que já existiram no passado, como contributo para a melhoria das condições do setor.

Nós entendemos que este é um contributo válido e muito importante e não é, seguramente, o facto de, nesta ou noutras circunstâncias, podermos não estar de acordo que minoriza o contributo que as instituições representativas do setor - caso da Associação Agrícola de São Miguel, que é a nossa anfitriã neste evento, a própria Federação Agrícola dos Açores - dão para a definição e implementação da estratégia que seguimos.

Na intervenção que partilhei convosco tive oportunidade de salientar bons e vários exemplos desse trabalho de parceria que, na minha perspetiva, é também valorizado quando, neste ou noutro aspeto, não existe a mesma abordagem em relação às soluções.

Da nossa parte, há uma garantia que gostaria de deixar hoje, aqui: a garantia de que continuamos prontos, empenhados e disponíveis para este diálogo. Saliento o mérito, o trabalho e os resultados que esse diálogo já permitiu.

Continuamos prontos e disponíveis para esse trabalho concreto, objetivo, de, até ao limite das nossas competências, até ao limite dos nossos recursos, mobilizarmos todas essas componentes para ajudar os nossos agricultores a terem sucesso na sua atividade e nas suas explorações.

A importância de que a agricultura se reveste na nossa Região não se esgota apenas no valor que ela labora. Não se reveste apenas naquilo que ela significa do ponto de vista de produção direta de riqueza. Ela é um componente essencial numa estratégia de desenvolvimento que, com um setor emergente como é o turismo, tem uma relação umbilical, uma relação genética com essa mesma agricultura.

Ainda há pouco falávamos sobre isso. Ainda bem que temos cada vez mais turistas para consumirem leite, queijo e manteiga, e ainda bem que temos uma agricultura que faz das nossas paisagens e que faz dos produtos que produzimos um elemento essencial de atração e de atratividade da nossa Região.

Este é, porventura, um caminho que terá obstáculos, que terá escolhos, mas é um caminho em que, da parte do Governo, estamos profundamente empenhados, não numa perspetiva de que navegamos em mar calmo, mas numa perspetiva de que o esforço conjunto de todos nós - entidades públicas e entidades privadas - será suficiente, em primeiro lugar, para manter esta barca segura e, em segundo lugar, para nos fazer sair desta tormenta.

Muito obrigado.